

NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

O tema do Empreendedorismo está na moda. É, como refere Jordi Estivill, no artigo de enquadramento deste número, uma «onda transbordante», que parece invadir todas as áreas da sociedade. E, por isso, se fala, só para citar alguns exemplos, de Empreendedorismo Social, de Empreendedorismo Inclusivo, de Empreendedorismo Jovem, de Empreendedorismo Feminino, de Empreendedorismo Sénior, de Empreendedorismo Imigrante, de Empreendedorismo Emigrante, de Empreendedorismo Cigano... ou simplesmente de Empreendedorismo.

Escrevem-se artigos, livros, apresentam-se comunicações, organizam-se e propõem-se cursos e formações, aprovam-se pós-graduações e mestrados, realizam-se e discutem-se teses de mestrado e de doutoramento, promovem-se conferências, seminários e colóquios, desenvolvem-se projetos de investigação ou de intervenção, preparam-se medidas, apoios e políticas, recomenda-se, aconselha-se e incentiva-se, enche-se a boca a toda a hora... Empreendedorismo, Empreendedorismo, Empreendedorismo...

Em muitas situações e posições (de autores) é visto ou proposto como uma solução quase mágica para resolver os problemas sociais, económicos, culturais e ambientais, sobretudo num contexto de crise profunda e multifacetada, como aquela em que estamos mergulhados

(ver por exemplo as referências feitas nos artigos de Jordi Estivill e Vander Casaqui, neste número). Se há desemprego e pobreza, basta que os/as desempregados/as e os/as pobres se esforcem «diariamente para criar oportunidades de alcançar os objetivos, procurando depender o mínimo da ajuda alheia» (citado no artigo de Vander Casaqui), tornando-se «super-homens» ou «super-mulheres», capazes de enfrentar e resolver todos os obstáculos e desafios que temos pela frente nas nossas sociedades. É uma espécie de mito «à Cristiano Ronaldo» (ibidem), traduzido em receitas e manuais «para salvar o Mundo» (exemplo disto é o Manual para transformar o mundo (2013), o «primeiro guia de procedimentos para empreendedores sociais de Portugal», mencionado por Vander Casaqui neste número).

Mas é também muitas vezes um álibi e uma justificação usada, na argumentação neo-liberal, para a saída ou o desinvestimento do Estado da arena social. O Empreendedorismo, seja individual, seja coletivo, seja ainda social, seria mais interessante e com melhores soluções para os problemas das sociedades, porque assente na sociedade civil, na responsabilização de todos e todas e, portanto, na Cidadania, logo também mais eficiente, do que as respostas «pesadas» do Estado. O Empreendedorismo, a capacidade de ousar e de passar dos sonhos aos planos e à concretização, tornou-se assim uma das palavras de ordem do neo-liberalismo, da defesa da liberdade e da iniciativa, valores tão caros à economia e à sociedade de mercado.

Novas frentes de argumentação, utopias e confusões surgem quando se acrescenta o adjetivo «social» («Empreendedorismo Social»), ao qual normalmente se associam significados e sentimentos positivos de justiça, equidade, filantropia, boa vontade, ajuda aos outros, procura do Bem Comum (ver, por exemplo, o artigo de Jordi Estivill, neste número). O que faz do Empreendedor Social uma «mistura de Dom Sebastião e de James Bond», capaz de resolver ou amenizar os problemas sociais e de contrariar os pesadelos provocados pelas crises, que temos vivido (cf. Jordi Estivill, neste número).

Este fascínio que o tema do Empreendedorismo tem provocado, talvez explique a intensidade e o oportunismo, por vezes de forma inadequada, com que o sistema económico dominante (através

nomeadamente das suas instituições e autores de enquadramento teórico—como as universidades de Harvard, Princeton, Stanford ou Yale, nos E.U.A.—ou político-institucional—como o F.M.I. ou a Comissão Europeia) se apropriou deste conceito e da sua ideia, dando-lhe um carácter ideológico e prático de moralização do capitalismo (juntamente com a chamada «Responsabilidade Social Corporativa» ou, na versão norte-americana, «Cidadania Empresarial»), para recuperação e amenização da sua imagem de predação social, ambiental, cultural, territorial e política (democrática).

Neste sentido, é de facto demonstrativa a incursão que alguns dos principais teóricos da gestão empresarial (dois dos melhores exemplos são Peter Drucker, um dos mais célebres «gurus» da Gestão, e Howard Stevenson, considerado o «padrinho» dos estudos sobre Empreendedorismo na Harvard Business School) têm feito no campo do Empreendedorismo Social, como se se tratasse de um domínio novo, agora descoberto, e onde é possível «casar» o melhor dos dois mundos, o «social», com as suas virtudes e objetivos nobres, e o «empresarial», com a sua (suposta) eficiência, rigor e competência (veja-se, mais uma vez, o artigo de enquadramento deste número, da responsabilidade de Jordi Estivill e ainda o artigo de Carlota Quintão e Cristina Parente).

Dentro da mesma lógica, é também ilustrativa a recente onda de propostas de teorias, conceitos e soluções, que procuram traduzir essa «descoberta» das virtualidades de juntar o «económico-empresarial» e o «social» (e, por vezes, também o «ambiental»), por representantes de correntes e inspirações teóricas, que sempre contribuíram para as separar e/ou para marginalizar ou ignorar as últimas dimensões, a favor da primeira. São exemplos desta «onda» os conceitos (e correspondentes teorias e soluções práticas) de «empresas sociais» (nalgumas das suas interpretações), «negócios sociais», «social business», «inovação social», «social bonds», «triple bottom line» (com a célebre conjugação dos «3P»—Profit, People and Planet—, que estaria subjacente ao conceito de Desenvolvimento Sustentável...), entre outros.

A procura de uma fundamentação científica avalizada tem levado os teorizadores recentes do Empreendedorismo e do Empreen-

dedorismo Social a procurarem as suas origens numa suposta linha histórica, que os leva a citar ou, pelo menos, a referenciar autores como Richard Cantillon, Jean-Baptiste Say, Joseph Schumpeter, Peter Drucker, Howard Stevenson e... Muhammad Yunus¹, como se situassem todos na mesma sequência linear e coerente e como se, por exemplo, para estes autores, Empreendedores e Empresários fossem a mesma coisa e as teorias sobre o Empresário de alguns (o caso mais notório é o de Joseph Schumpeter) fosse a inspiração mais adequada para explicar e inspirar uma teoria do Empreendedorismo, incluindo do Empreendedorismo Social (cf., a este propósito, os artigos de Jordi Estivill e de Carlota Quintão e Cristina Parente)...

E contudo a base histórica, teórico-conceitual e prática do Empreendedorismo Social encontra-se, inevitável e inequivocamente, por definição, na História da Economia Social e nas ideias e nas práticas de figuras de referência, nomeadamente do século XIX e inícios do século XX, como Charles Fourier (com os seus Falanstérios e as comunidades intencionais), Robert Owen (com as lojas cooperativas, que criou e influenciou na Grã-Bretanha, e a colónia socialista «New Harmony», nos E.U.A.), Pierre-Joseph Proudhon (com as associações de trabalhadores e o seu banco operário), Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (associado a uma leitura de direita do «corporativismo» e da cooperação entre as pessoas envolvidas na produção), os operários têxteis da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (verdadeiros iniciadores e empreendedores do cooperativismo e dos seus princípios fundamentais) e Charles Gide (criador e teorizador das cooperativas de consumo), entre muitos outros.

Porque é que esta História e estes autores são ignorados ou «desaproveitados» pelos novos «gurus» do Empreendedorismo Social? Por simples desconhecimento? Pelo facto de a História do Pensamento Económico os ter também quase ignorado? Por serem (os «gurus») maioritariamente anglófonos e, normalmente, tenderem a não considerar e/ou a desprezar outros autores, que se expressem noutras línguas, nomeadamente francófonos? Por se afirmarem ou defenderem a perspetiva do «Terceiro Setor», reagindo mal ou desvalorizando as análises e as propostas, provenientes da «Economia

Social», ainda por cima normalmente francófonas? Por associarem a maioria destes autores e atores históricos a posições ideológicas anti-capitalistas, com origem no Socialismo Utópico e/ou no Anarquismo, e portanto em posições, na maioria, opostas às suas? Talvez, a bem dizer, por um pouco de cada uma destas razões.

Por outro lado, as correntes mais recentes da Economia Solidária, nas suas três versões mais sistematizadas, fundamentadas e explicitadas (a latino-americana ou ibero-americana, a francófona e a da Macaronésia, por ordem cronológica de expressão e reconhecimento internacional) têm fornecido múltiplos contributos de caracterização e discussão teórica, epistemológica e prática, para um enquadramento analítico do conceito de Empreendedorismo Social, ou mesmo de Empreendedorismo Solidário. Autores como Paul Singer, Genauto de França Filho, Luiz Inácio Gaiger, Jean-Louis Laville, Eric Dacheux, Isabelle Guérin e Marthe Nyssens, entre muitos/as outros/as, têm aportado contributos e reflexões muito significativas e consistentes, algumas implícitas, outras explícitas², para uma teorização dos conceitos de Empreendedorismo e de Empreendedorismo Social (e/ou Solidário)(cf. também o artigo de Carlota Quintão e Cristina Parente, neste número).

Nesta sequência, não parece possível, e muito menos defensável, prescindir, na fundamentação teórica, epistemológica e prática do Empreendedorismo Social, das matrizes históricas e dos contributos destas duas correntes, que são, objetivamente, por um lado (no que se refere à Economia Social e à sua base teórica), o seu berço e as suas raízes efetivas e, por outro (quanto à Economia Solidária e às suas propostas de rupturas teóricas e epistemológicas), uma das suas revitalizações e atualizações mais desafiantes. A conjugação dos contributos destas duas correntes potencia mesmo uma (re)fecundação interessante do conceito e das práticas de Empreendedorismo Social, associando-o aos valores e princípios essenciais, que lhe estão na génese e na matriz original – a Reciprocidade, a Solidariedade e a Democracia –, e que, pelo contrário, estão ausentes ou são segmentados e/ou desvirtuados pelas concepções atualmente dominantes, sobretudo as provenientes do outro lado do Atlântico.

Foi para trazer estes temas a debate e a mais clarificação e fundamentação, que a Revista de Economia Solidária organizou este número sobre «Empreendedorismo e Economia Solidária». Para tal, foi solicitado a Jordi Estivill, membro do Conselho Científico da Revista, que o coordenasse e focalizasse. Daí a importância do seu artigo de enquadramento histórico e teórico do tema.

De seguida, o artigo de Carlota Quintão e Cristina Parente, ambas sociólogas e participantes da A3S («Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector»), sendo a última também Professora Auxiliar com Agregação da FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do ISFLUP – Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresenta uma visão ampla e eclética das diversas posições e correntes teóricas, que têm abordado o conceito de Empreendedorismo Social e procurado fundamentá-lo, tendo, como ponto de partida, os resultados do Projeto de Investigação «Empreendedorismo Social em Portugal», liderado pelo ISFLUP, em parceria com a A3S e com o DINÂMIA/CET, centro de investigação do ISCTE – IUL, e apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, onde ambas estiveram envolvidas.

O terceiro artigo, também da autoria de Cristina Parente, tendo igualmente, como ponto de partida, o Projeto de Investigação atrás mencionado, propõe-se analisar o estado do Empreendedorismo Social em Portugal, a partir das características e da comparação dos modelos de gestão e de intervenção, praticados pelas organizações do que é designado no artigo por «Terceiro Setor».

O quarto artigo é da autoria de Vander Casqui, Doutor em Ciências da Comunicação, tendo realizado um projeto de Pós-doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa, em 2013. É Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing, em São Paulo. A sua abordagem visa caracterizar e analisar os discursos e as ideias de empreendedores sociais portugueses, a partir dos elementos recolhidos, na sua pesquisa de pós-doutoramento, junto dos concorrentes do Concurso FAZ – Ideias de Ori-

gem Portuguesa, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, na sua edição de 2013, procurando sobretudo «compreender as relações entre o novo espírito do capitalismo, a cultura empreendedora e o empreendedorismo social».

No quinto artigo, cuja autora é Ana Quintela, economista, Mestre em Economia Social e Solidária (pelo ISCTE-IUL), com experiências profissionais nas áreas do apoio e da dinamização do Empreendedorismo e do Desenvolvimento Comunitário, procura-se dar conta do «valor societal» (avaliado através de três dimensões – Inovação, Impacto e promoção do Empowerment individual e comunitário) do Empreendedorismo Social em Portugal, tendo em conta as informações constantes nos sites de algumas organizações, normalmente trabalhando e/ou apoiando projetos nesse domínio.

O sexto artigo, com co-autoria de duas Investigadoras (Yara Araújo e Sidinéia de Souza), sob coordenação de uma Professora da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais (Luciene Rodrigues), aborda uma das experiências mais inovadoras e desafiantes de Empreendedorismo Social/Solidário do Brasil, os Bancos Comunitários³, analisando os princípios económicos, sociais e culturais em que assentam e as suas estratégias de enfrentamento das questões sociais (nomeadamente da pobreza e da exclusão social), através de instrumentos e soluções de Finanças Solidárias «de proximidade», a partir de casos de Minas Gerais.

Por último, este número da Revista de Economia Solidária pretende assinalar e dar a conhecer um acontecimento muito relevante, nestes domínios, que foi a criação, em Chãos (freguesia de Alcobertas, concelho de Rio Maior, distrito de Santarém), em 8 de agosto de 2015, da RPES – Rede Portuguesa de Economia Solidária, com 45 membros fundadores. Neste número dá-se a conhecer o seu Manifesto, que constitui a sua Carta de Princípios. Em próximos números dar-se-ão mais informações e notícias desta Rede, de que a ACEESA é co-fundadora e, portanto, a que fica ligada esta Revista.

A Revista de Economia Solidária pretende ainda prestar uma homenagem póstuma a Madeleine Hersent ⁴, que colaborou no número 7 da revista, e que, de forma inesperada e brutal, nos deixou em Setembro deste ano. Obrigado pelos teus contributos e pela herança que nos deixaste no domínio da economia solidária. Continuaremos a tua luta!

La Revue d'Économie Solidaire veut encore rendre hommage posthume à Madeleine Hersent ⁵, qui a collaboré dans le numéro 7 de notre journal, et qui, d'une manière inattendue et brutale, nous a quitté en septembre de cette année. Merci, madeleine, pour tes contributions et pour l'héritage que tu nous a laissé, dans le domaine de l'économie solidaire. Nous prendrons le relais de ton combat!

¹ Alguns autores chegam a acrescentar Adam Smith a esta lista, colocando-o como referência inicial e principal do Empreendedorismo Social e da Economia Social/Terceiro Setor, a partir da sua obra Teoria dos Sentimentos Morais (cujo título completo era Teoria dos Sentimentos Morais ou Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos), publicada, pela primeira vez, em 1759, ou seja, antes da sua obra mais conhecida e mais marcante e influente (para a evolução da Ciência Económica), A Riqueza das Nações (cujo título completo era Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações), publicada, em primeira edição, em 1776. Desvalorizando (e até invertendo) esta sequência (que não é invalidada pela existência de edições, de ambas as obras, que lhe são posteriores), estes autores parecem sobretudo ignorar que, na sua formulação inicial, a Economia Social se opunha precisamente à Economia Política de Adam Smith, conforme explicitamente defendia e afirmava Charles Gide, um dos seus principais teóricos dos finais do século XIX/princípios de XX.

² Algumas das mais recentes são, por exemplo: Baullosa, Rosana de Freitas (org.) (2014), Dicionário para a Formação em Gestão Social, Salvador (Bahia): Editora CIAGS; Cançado, Airtton Cardoso, Pereira, José Roberto e Tenório, Fernando Guilherme (2015), Gestão Social: epistemologia de um paradigma, Curitiba: Editora CRV, 2ª edição; Gaiger, Luiz Inácio (2015), «A Economia Solidária na contramarcha da Pobreza». Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 79, pp. 43-63 (onde argumenta no sentido da «conveniência de uma abordagem singular do empreendedorismo no contexto da economia solidária e, em certos aspectos, no campo mais amplo das pequenas empresas» (pág. 43); e Laville, Jean-Louis (2015), Asociarse para el Bien Común - Tercer Sector, Economía Social y Economía Solidaria, Barcelona: Icaria-Antrazyt.

³ Existem neste momento (dados de outubro de 2015) 107 Bancos Comunitários no Brasil.

⁴ Madeleine Hersent era socióloga, directora da ADEL (Associação para o Desenvolvimento Económico Local), em França, desde 1983, e co-fundadora do IRES (Instituto de Investigações Económicas e Sociais) e do MES (Movimento para a Economia Solidária), que junta 22 redes de Economia Solidária em França

⁵ Madeleine Hersent était sociologue, directrice de l'ADEL (Association pour le Développement Économique Local), en France, depuis 1983, et co-fondatrice de l'IRES (Institut de Recherches Économiques et Sociales) et du MES (Mouvement pour l'Économie Solidaire), qui regroupe 22 réseaux d'Économie Solidaire en France.